

Briga do Orçamento continua

Uma fórmula que mantém a batalha política travada entre o Governo federal e os governadores, em torno do pagamento das dívidas estaduais para com a União, foi proposta ontem à liderança do PMDB pelo vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado César Maia (PDT-RJ). Ele considera tecnicamente impossível evitar, com mudanças no Orçamento de 1989, a obrigatoriedade de pagamento dos débitos criada por um Aviso da Secretaria do

Tesouro.

César Maia propôs ao PMDB que seja incluída no Orçamento uma autorização ao Governo federal para que destine recursos suplementares aos Estados no próximo ano. A proposta não foi rejeitada formalmente, mas governadores consultados pela liderança do PMDB reagiram mal. Alegaram que o Governo federal poderá simplesmente não destinar aos Estados os recursos suplementares, ou destinar sob condições que os man-

tenham, financeira e politicamente, submetidos à União.

No plenário

O deputado César Maia evita analisar o problema sob o ponto de vista político. Ele está dizendo aos peemedebistas que a obrigatoriedade do pagamento de 25% das dívidas dos Estados não faz parte da proposta orçamentária do Governo e, em consequência, não deve ser usado o projeto do Orçamento para impedir o pagamento da dívida ou reduzir de 25% para 10% o percen-

tual a ser pago.

Depois de expor sua posição ao PMDB, Maia levou-a ao plenário da Câmara ontem à tarde e também discutido com insistência o problema junto aos outros membros da Comissão de Orçamento. Ele alega que o pagamento de 25% das dívidas estaduais é assunto para ser resolvido diretamente entre os governadores e o Governo federal, já que foi fixado por um ato administrativo — o AVMF 030 (Aviso do Ministério da Fazenda).